

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Perspectivas animadoras

Conseguir estabilidade para a moeda é hoje no Brasil presuposto básico à desmobilização dos agentes perturbadores da ordem econômica. Expressões monetárias sujeitas a bruscas e permanentes alterações em seu valor, tal como ocorre cronicamente à força de processo inflacionário, opõem dificuldades por assim dizer intransponíveis à normalização do sistema econômico. Pior, correspondem ao lançamento de um imposto inortodoxo e brutal sobre as rendas do trabalho, principalmente no âmbito das classes menos remuneradas.

Políticas fora dos cânones clássicos da teoria econômica têm sido tentadas nos últimos dez anos para derrubar a inflação. O próprio governo atual experimentou, em duas ocasiões distintas, o método do **choque**, sem conseguir mais do que desligar uma certa ordem de computadores econômicos e vê-los reacionados logo a seguir, pelos fatores endógenos do sistema viciado. Com a mudança da equipe econômica, voltou-se ao modelo ajustado às economias capitalistas, onde despontam o rigor na política monetária, drásticos cortes nas despesas estatais para reduzir o **deficit** público e ajuste fiscal enérgico.

Parece restarem poucas dúvidas de que o declínio da inflação em fevereiro de 4,32 pontos percentuais, em relação ao índice de janeiro, reflete conquista positiva para a política posta em vigor pelo ministro da Economia, Marçílio Marques Moreira. Apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da Universidade de São Paulo (USP), o perfil inflacionário de fevereiro é o primeiro, nos últimos cinco meses, a registrar queda na tendência geral dos preços.

Causa essencial das dificuldades enfrentadas pelo Brasil desde o início dos anos 80, quando cessaram os efeitos de um milagre econômico em grande parte sustentado em hipóteses artificiais, a in-

flação tem resistido incólume a inúmeras políticas de impacto. A elevação constante e imoderada dos preços situa-se na raiz da crise econômica, política e social brasileira, desde então. É que sua ação sobre o desequilíbrio das relações financeiras e mercadológicas avança além dos espaços meramente econômicos. Promove, sobretudo, movimento por assim dizer subversivo na distribuição de rendas, com inevitáveis repercussões sociais e, por consequência inevitável, políticas.

Assim, qualquer vislumbre de reversão no quadro inflacionário gera perspectivas de alguma sorte animadoras. Há nos números de fevereiro, agora revelados, projeções de ordem psicológica extremamente úteis à revisão de conceitos estratificados nos operadores do sistema de produção. Os agentes econômicos aí encontram motivações para não agir à base de avaliações emocionais, normalmente sugeridas pelos indicadores inflacionários quando ascendentes.

Espera-se, portanto, que o refluxo dos preços em fevereiro tenha suficiente força e carisma numérico para imobilizar os fatores psicológicos da inflação. Como se sabe, mais que as próprias leis econômicas disciplinadoras de oferta e demanda, a influência daqueles agentes imateriais tem sido dramática para a exacerbação inflacionária. E, por igual, é justo aguardar que os investidores reavaliem suas posições quanto à aplicação de capitais de risco, se não agora pelo menos diante de eventual novo declínio no ritmo ascendencial dos preços.

Registre-se com algum constrangimento e desconforto o fato de Brasília exibir o maior índice inflacionário do País, exatamente em um instante de expectativas menos adversas. Não há razão alguma para o fenômeno, senão a prática de especulação de formas condenáveis na manipulação dos agentes formadores de custos no nível do consumidor.